



## ARTIGOS E ENSAIOS

### Diante de uma década da Política Nacional de Estágio em Serviço Social: contextos, acúmulos e perspectivas

*Facing a decade of the National Internship Policy in Social Work: contexts, achievements and perspectives*

*Una década después de la Política Nacional de Pasantías en Servicio Social: contextos, acumulaciones y perspectivas*

**Maicow Lucas Santos  
Walhers<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0002-7061-5698](https://orcid.org/0000-0002-7061-5698)  
[maicow.walhers@unesp.br](mailto:maicow.walhers@unesp.br)

**Cirlene Aparecida**

**Hilário da Silva Oliveira<sup>2</sup>**  
[orcid.org/0000-0003-0045-5956](https://orcid.org/0000-0003-0045-5956)  
[cirlene.oliveira@unesp.br](mailto:cirlene.oliveira@unesp.br)

**Maria José de Oliveira  
Lima<sup>2</sup>**

[orcid.org/0000-0002-2561-8929](https://orcid.org/0000-0002-2561-8929)  
[maria.jose-oliveira-lima@unesp.br](mailto:maria.jose-oliveira-lima@unesp.br)

**Recebido em:** 23 out. 2025.

**Aprovado em:** 23 out. 2025.

**Publicado em:** 19 dez. 2025.

**Resumo:** Este artigo é resultante de pesquisa de doutorado, realizada em âmbito nacional, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista (UNESP), *Campus* de Franca. Apresentou como objetivo principal analisar, a partir da metodologia do Estado da Arte, uma década de aprovação e efetivação da Política Nacional de Estágio em Serviço Social (2010-2020) e suas contribuições para a qualificação do estágio supervisionado em Serviço Social, com base nos princípios das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Destaca-se o movimento coletivo da categoria na elaboração da referida política, em âmbito nacional, mediante os desafios históricos para a formação acadêmico-profissional em Serviço Social, num contexto marcado pela contrarreforma da educação, que, num ideário neoliberal, preconiza uma formação tecnicista, aligeirada e precarizada, a qual se contrapõe ao projeto de formação defendido pela categoria, preconizado no projeto ético-político do Serviço Social e expresso nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Com base no estudo de dissertações e teses, artigos científicos e projetos pedagógicos, identificou-se que, a partir das Diretrizes Curriculares e, na particularidade, da PNE, o estágio supervisionado configurou-se mais no debate acadêmico-científico do Serviço Social, como objeto de pesquisa, nos fóruns de organização da categoria e nas Unidades de Formação Acadêmica, num compromisso permanente da qualificação do projeto de formação acadêmico-profissional.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Diretrizes Curriculares da ABEPSS; estágio supervisionado; Política Nacional de Estágio; Estado da Arte.

**Abstract:** This article is the result of doctoral research, conducted nationwide, linked to the Postgraduate Program in Social Work at the São Paulo State University (UNESP), Franca Campus. Its main objective was to analyze, using the State of the Art methodology, a decade of approval and implementation of the National Social Work Internship Policy (2010-2020) and its contributions to the qualification of supervised internships in Social Work, based on the principles of the ABEPSS Curriculum Guidelines. The collective movement of the profession in the elaboration of this policy, at the national level, is highlighted, considering the historical challenges for academic and professional training in Social Work, in a context marked by the counter-reform of education, which, within a neoliberal ideology, advocates a technocratic, superficial, and precarious training, which is opposed to the training project defended by the profession, as advocated in the ethical-political project of Social Work and expressed in the ABEPSS Curriculum Guidelines. Based on the study of dissertations and theses, scientific articles, and pedagogical projects, it was identified that, based on the Curricular Guidelines and, in particular, the National Education Plan (PNE), the supervised internship has become more configured in the academic-scientific debate of Social Work,



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

<sup>1</sup> Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás), Goiânia, Goiás, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade Estadual Paulista (UNESP), Franca, São Paulo, Brasil.

as an object of research, in the category's organizational forums and in the Academic Training Units, in a permanent commitment to the qualification of the academic-professional training project.

**Keywords:** Social Work; ABEPSS Curricular Guidelines; supervised internship; National Internship Policy; State of the Art.

**Resumen:** Este artículo es resultado de una investigación doctoral, realizada a nivel nacional, vinculada al Programa de Posgrado en Trabajo Social de la Universidad Estadual Paulista (UNESP), Campus Franca. Su principal objetivo fue analizar, mediante la metodología del Estado del Arte, una década de aprobación e implementación de la Política Nacional de Pasantías en Trabajo Social (2010-2020) y sus contribuciones a la cualificación de las pasantías supervisadas en Trabajo Social, con base en los principios de las Directrices Curriculares de la ABEPSS. Se destaca el movimiento colectivo de la profesión en la elaboración de esta política, a nivel nacional, considerando los desafíos históricos para la formación académica y profesional en Trabajo Social, en un contexto marcado por la contrarreforma de la educación, que, dentro de una ideología neoliberal, aboga por una formación tecnocrática, superficial y precaria, que se opone al proyecto de formación defendido por la profesión, tal como se propugna en el proyecto ético-político del Trabajo Social y se expresa en las Directrices Curriculares de la ABEPSS. A partir del estudio de disertaciones y tesis, artículos científicos y proyectos pedagógicos, se identificó que, a partir de las Directrices Curriculares y, en particular, del Plan Nacional de Educación (PNE), la práctica supervisada ha pasado a configurarse más en el debate académico-científico del Trabajo Social, como objeto de investigación, en los foros organizativos de la categoría y en las Unidades de Formación Académica, en un compromiso permanente con la cualificación del proyecto de formación académico-profesional.

**Palabras clave:** Trabajo Social; Directrices Curriculares de la ABEPSS; prácticas supervisadas; Política Nacional de Prácticas; Estado del Arte.

## Introdução

Resultante de pesquisa do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista (UNESP), *Campus* de Franca, o artigo apresenta estudo realizado em âmbito nacional, trazendo análise dos debates dos dez anos de aprovação da Política Nacional de Estágio em Serviço Social. Através da metodologia do Estado da Arte, utilizou como material as dissertações e teses dos bancos de dados e repositórios institucionais das Unidades de Formação Acadêmicas (UFAs) vinculadas à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e que possuíam Programas de Pós-Graduação com cursos de Mestrado e Doutorado na Área do Serviço Social.

Também fizeram parte da pesquisa os periódicos vinculados aos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social e áreas afins que tinham como tema o estágio supervisionado e/ou supervisão de estágio e/ou a Política Nacional de Estágio. E, completando o material pesquisado, foram analisados os projetos pedagógicos dos cursos de graduação das referidas UFAs, buscando identificar como o estágio supervisionado está organizado, em consonância com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS e, na particularidade do objeto de pesquisa, com a Política Nacional de Estágio.

Segundo Ferreira (2002, p. 258), o Estado da Arte tem um "Caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado".

Assim, o desenho metodológico construído atendeu ao objetivo principal da pesquisa: analisar os debates da Política Nacional de Estágio (PNE) na qualificação do estágio supervisionado em Serviço Social ao longo de uma década de sua aprovação. Buscou-se também compreender o contexto e identificar os acúmulos através das pesquisas e produções da área em relação à PNE, analisando se a categoria tem se apropriado da política e se esta tem qualificado o estágio supervisionado em Serviço Social.

Partimos da premissa de que o estágio supervisionado sempre esteve presente na formação acadêmico-profissional em Serviço Social, diante da natureza interventiva e investigativa da profissão, ou seja, uma profissão que produz conhecimento sobre a realidade em que atua, procurando capacitar para o exercício profissional, mediante a articulação de conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos. Dessa forma, o estágio supervisionado configura-se como atividade obrigatória a partir das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (DCs), ao propiciar a articulação do conhecimento apreendido ao longo do curso, cuja fundamentação está alicerçada na matriz teórico-crítica e nos fundamentos da

profissão, com a realidade social vivenciada.

O estágio supervisionado, nesta perspectiva, é compreendido como uma atividade curricular que está vinculada ao projeto pedagógico do curso e em consonância com as DCs; que deve articular conhecimento com a realidade social e propiciar um espaço para o desenvolvimento da autonomia e de competências necessárias para o exercício profissional. Numa articulação da supervisão de campo e acadêmica, contribui para a indissociabilidade da teoria e da prática, conforme preconizado pela PNE.

A construção da Política Nacional de Estágio e sua aprovação em 2010 sinaliza o esforço coletivo, político e acadêmico-científico na defesa da qualidade da formação acadêmico-profissional, reafirmando o lugar do estágio supervisionado conforme preconizado pelas Diretrizes Curriculares e procura aprofundar, problematizar e instrumentalizar o estágio supervisionado, ao abordar os desafios históricos enfrentados pela categoria para sua efetivação. Tais desafios estão relacionadas com as mudanças no mundo do trabalho e seus rebatimentos no trabalho e na formação como categorias fundantes que perpassam o Serviço Social.

A sua construção também ratifica o acúmulo da categoria em relação ao estágio, construindo princípios e diretrizes indissociáveis e fundamentais para a consolidação do estágio, apresenta importantes instrumentos e elementos para sua qualificação, ao mesmo tempo que define o papel de cada sujeito participe do processo de supervisão – estagiários(as), supervisores de campo, supervisores acadêmicos e da UFAs através dos núcleos de coordenação de estágio –, procurando fortalecer a relação das UFAs com os campos de estágio, garantindo a formação permanente de supervisores de campo e a indissociável relação supervisão de campo e acadêmica. Importantes instrumentos como o plano de estágio também contribuem para a materialização do estágio como atividade pedagógica na formação em Serviço Social.

A centralidade do debate se alicerça a partir das DCs da ABEPSS, que evidenciam o compromisso com uma nova lógica curricular, com fundamentos em uma concepção de educação crítica, que está em consonância com o projeto ético-político da profissão e com a direção social historicamente construída em direção à emancipação política e humana, o que pressupõe a superação da ordem capitalista como sistema sociometabólico<sup>3</sup> do capital.

A partir das considerações realizadas, apresentaremos o desenvolvimento da pesquisa e os resultados obtidos por meio da pesquisa do Estado da Arte realizada. No primeiro momento, abordaremos as análises realizadas através das dissertações e teses dos programas de pós-graduação, com cursos de Mestrado e Doutorado, vinculados às UFAs filiadas à ABEPSS; no segundo momento, os resultados da pesquisa desenvolvida através dos artigos em periódicos de estratos superiores, avaliados pela CAPES, bem como os projetos pedagógicos dos cursos de graduação das UFAs que participaram da primeira fase da pesquisa, ou seja, dos programas de pós-graduação selecionados a partir dos critérios da pesquisa.

### O debate da Política Nacional de Estágio e do estágio supervisionado através das pesquisas da pós-graduação no Brasil

A partir da análise das dissertações e teses vinculadas aos programas de pós-graduação em Serviço Social das UFAs filiadas à ABEPSS, percebemos que as pesquisas desenvolvidas apresentam contribuições fundamentais para problematizar o estágio supervisionado a partir da PNE, apresentando seus rebatimentos, os avanços e os caminhos ainda necessários a serem trilhados, a constante necessidade de apropriação da PNE, seu debate, materialização e contribuições para qualificação do estágio através da supervisão de campo e acadêmica e dos fóruns de supervisores.

<sup>3</sup> Esse conceito se fundamenta na teoria social crítica de Mészáros (2011).

Percebemos que desafios históricos relacionadas com o estágio supervisionado estão no bojo dos debates e das pesquisas realizadas pelos programas de pós-graduação. Não se trata de problemática "mal resolvida", mas de desafios que, diante da própria constituição da profissão no mundo do trabalho, das transformações no modo de produção capitalista e seus rebatimentos nas condições de trabalho da categoria, na educação e na formação, vão agravar o contexto historicamente enfrentado pelo Serviço Social. Em sua totalidade, conforme mencionado anteriormente, a própria constituição da profissão no mundo do trabalho, sua relação com a luta de classes, dada a divisão sociotécnica, sexual, de gênero, raça e etnia do trabalho, leva a profissão a se organizar política e eticamente, e também seu estatuto, a partir de projetos societários em disputa.

É uma profissão que está atrelada a condições materiais, objetivas para a efetivação do seu processo de trabalho; vincula-se a determinadas condições de assalariamento, de políticas públicas como espaço de mediação do trabalho profissional e de sua condição de relativa autonomia, que, apesar de possuir um código de ética e uma lei de regulamentação, depende de uma entidade empregadora para sua efetivação.

Não estamos questionando as contribuições que o aporte normativo garante para a profissão; mas as condições de trabalho para a efetivação das condições técnicas do trabalho profissional e de garantia de sua reprodução estão atreladas à lógica do capital, que se agrava com as contrarreformas, previdenciárias, trabalhistas e da educação, refletindo, dessa forma, na formação e no trabalho profissional. O aporte político, normativo, reflete a dimensão ético-política do Serviço Social, tornando-se referência para a luta política da categoria, resistência aos desafios enfrentados e amadurecimento como profissão. Essa perspectiva é elucidada pelos autores, entre eles, Souza Oliveira (2019, p. 58):

A Política Nacional de Estágio – PNE é um importante marco legal na orientação e organização dos princípios e conteúdos formativos do estágio em Serviço Social. Para além de orientações a PNE é um instrumento político

pedagógico com grande relevância para que o profissional assistente social supervisor de campo possa direcionar a formação do aluno tendo em vista que, é no campo de estágio, mas não exclusivamente, que se constrói um perfil profissional.

O estágio configura-se como atividade obrigatória para formação acadêmico-profissional em Serviço Social, tendo como seu principal referencial as DCs de 1996, diante da sua importância para a formação, como documento construído histórica e coletivamente pela categoria com o protagonismo da ABEPSS.

Neste sentido, o estágio supervisionado é defendido pela categoria como o espaço de desenvolvimento das competências necessárias para a intervenção profissional, como atividade pedagógica central na formação acadêmico-profissional. As dissertações e teses estudadas sempre apresentam esse lugar do estágio, problematizando, a partir de categorias fundantes para a compreensão crítica e radical da profissão o trabalho, a sociedade capitalista e a profissão. Conforme elucidado pelas áreas de concentração, não é possível conceber o estágio na contemporaneidade, buscando formas de qualificá-lo sem pensar nessas categorias ontológicas, que são analíticas, mas também concretas e se constituem elementos de formação da sociabilidade humana e burguesa.

O estágio supervisionado é problematizado a partir da ontologia do trabalho, refletindo as mudanças no mundo do trabalho e os rebatimentos nas condições de trabalho nas instituições campo de estágio, na supervisão de campo e acadêmica, nos desafios da educação brasileira e suas particularidades no ensino superior e na formação acadêmico-profissional, os desdobramentos da precarização das condições de trabalho com a intensificação do trabalho, o desmonte das políticas públicas e, principalmente, da educação com a contrarreforma e a disputa por projetos de educação e formação, o adoecimento profissional, as mudanças orgânicas na forma de gestão do trabalho nos diferentes espaços de trabalho, refletindo o controle, a subalternização do trabalhador(a), o adiestramento, a alienação

e a exploração.

A gestão da universidade pública está ligada à lógica produtivista e de formação aligeirada, tecnicista e voltada para os interesses do mercado. Esses desafios são elucidados nas dissertações e teses, tanto no sentido de problematizar esses desafios como no de enfrentá-los. Neste contexto, ao mesmo tempo que a PNE busca respondê-lo, também sofre com seus rebatimentos.

Destaca-se a centralidade do estágio supervisionado no processo formativo a partir das contribuições dos aspectos normativos da profissão e seus avanços ao longo da história do Serviço Social tais como: a Lei de Regulamentação da Profissão (lei 8.662/93), o Código de Ética Profissional de 1993, a Resolução CFESS 533/08, que garante a supervisão direta de estágio em Serviço Social. Estas normativas garantem a defesa da qualidade da formação acadêmico-profissional e reforçam a defesa da supervisão de estágio como atribuição privativa do(a) assistente social em pleno gozo do exercício profissional, colocando a dimensão ética da importância da supervisão na condição de compromisso da categoria. A resolução CFESS/08, reafirma e aprofunda uma atribuição ético-política já afirmada pelo Código de Ética profissional.

São postos em evidência também os desafios para sua efetivação, como a atribuição de tarefas que não são do Serviço Social ou que não estão relacionadas com seu plano de estágio, o não reconhecimento de que o estágio não é "sobre trabalho", ou trabalho a mais, mas configura-se como atividade pedagógica de troca entre sujeitos partícipes do processo de supervisão, contribuindo para a problematização do trabalho profissional e a construção de propostas de intervenção através de crítica, reflexão e proposição de estratégias de intervenção, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia, de competências e habilidades do(a) estagiário(a), tornando-se um espaço rico de aprendizado e troca de conhecimentos em diferentes condições e relações entre supervisores e estagiários(as).

A Política Nacional de Estágio aparece como aporte para as pesquisas realizadas, fundamen-

tando os aspectos conceituais relacionadas ao estágio e à supervisão, principalmente trazendo seus princípios, diretrizes e contribuições para a realização da supervisão, a partir das atribuições de cada sujeito no processo de supervisão. Apesar de as pesquisas abordarem o contexto social para a construção da PNE e suas contribuições para a qualificação do estágio, nenhuma coloca a PNE como objeto de estudo tampouco aprofunda como temática necessária os desafios para sua efetivação.

O estágio supervisionado é compreendido como uma das atividades centrais para o desenvolvimento de competências e habilidades para o exercício profissional, em que o(a) estagiário(a), a partir de um olhar crítico e investigativo para a realidade social e o trabalho profissional, consegue compreender as particularidades da profissão, suas atribuições, formas de respostas, mediações do trabalho profissional, as expressões da questão social e as possibilidades de atuação em consonância com o projeto ético-político, as contradições do mundo do trabalho e da sociedade burguesa. O estágio é o lócus de construção da identidade profissional, a partir do desenvolvimento da autonomia, da criatividade, da criticidade e da relação indissociável entre conhecimento e realidade social:

A atividade de estágio supervisionado em Serviço Social pressupõe o olhar crítico, investigativo e reflexivo do cotidiano profissional, capaz de propiciar o enfrentamento das situações que são colocadas à profissão e não somente no âmbito do aprendizado das competências e habilidades profissionais, isto é, na execução das atividades profissionais que restringe a formação ao treinamento e adestramento desse/a estudante às dinâmicas institucionais (Amicucci, 2011, p. 67).

Amicucci, autora do excerto, se referencia na PNE para abordar o estágio e a supervisão, destacando sua importância na formação acadêmico-profissional em Serviço Social, com recorte à capacitação para supervisão, através de fóruns de supervisão de estágio que propiciam o debate sobre a PNE. Ademais, ressalta a importância da discussão sobre a materialização do estágio a partir das normativas que orientam a sua efetiva-

ção, dando destaque para a Política Nacional de Estágio, assim como para sua importância no que concerne à visibilidade da temática no Serviço Social. Em sua dissertação, coloca a política como um dos parâmetros para sua pesquisa, utilizada também como referência para compreender as atribuições do(a) estagiário(a) no processo de supervisão.

Amicucci (2018), já no seu doutorado, aprofunda ainda mais as contribuições da PNE destacando sua importância para o processo de realização da supervisão de estágio, principalmente a supervisão acadêmica, seu processo de implantação em alguns cursos, os subsídios para a efetivação da supervisão de campo e acadêmica.

A autora ainda coloca que a aprovação da Resolução CFESS 533/2008 e da PNE foram importantes para o adensamento do debate na temática da supervisão de estágio, no sentido de qualificação do estágio e no enfrentamento da contrarreforma da educação. Sua tese traz importantes contribuições ao abordar artigos e publicações que apresentam a temática do estágio e da supervisão, tendo como objeto a supervisão acadêmica em Serviço Social, elucidando a importância dos fóruns de supervisão e a contribuição da política para sua realização. A autora destaca as contribuições da PNE em relação à supervisão acadêmica:

Assinalamos que as publicações sobre supervisão acadêmica em sua maioria são oriundas de pesquisas de mestrado e/ou doutorado, algumas quando publicadas estavam ainda em andamento o que a nosso ver careceram de aprofundamentos teóricos, de uma concepção mais clarificada sobre essa modalidade de supervisão, sendo estas publicadas após 2010, evidenciando a Política Nacional de Estágio da ABEPSS de 2010 como mola propulsora para discussão da supervisão acadêmica no âmbito da categoria profissional, sendo as orientações político-pedagógicas da PNE citadas com veemências nestas publicações (Amicucci, 2018, p. 171).

É necessário aprofundar o debate em relação às DCs e à PNE, e sobre como materializar suas contribuições através dos projetos político-pedagógicos do curso, efetivando concretamente a lógica das DCs da ABEPSS, que se configura

como o diferencial na formação em Serviço Social.

Conforme mencionado, a categoria trabalho é central nas pesquisas realizadas, abordando-se a reestruturação produtiva e os rebatimentos nas condições de trabalho nas UFAs com o processo de mercantilização de ensino e a disputa de projetos antagônicos de educação, as condições de trabalho dos supervisores de estágio e também do discente trabalhador, assim como a possibilidade da extensão universitária como campo de estágio. É importante destacar que nem toda extensão universitária pode se configurar como campo de estágio, somente aquelas em que o trabalho profissional se faz presente, tendo o(a) assistente social como supervisor(a) seguindo a legalidade da profissão, como já apresentado.

Também é necessário atentar-se para a questão apontada na construção da PNE que diz respeito à articulação necessária do Estágio com a pesquisa e extensão, cuja importância da indissociabilidade foi reafirmada nas discussões para a construção dessa política. Por meio do desenvolvimento articulado entre o tripé do ensino superior, objetiva-se reforçar o cumprimento do princípio universitário e a possibilidade da efetivação de uma formação crítica e de qualidade, capaz de articular teoria e prática, numa perspectiva de revisitar a função social da universidade que é produzir e socializar conhecimentos necessários e úteis à sociedade, tão desvirtuada no contexto de mercantilização e produtivismo acadêmico (Pequiá, 2015, p. 58-59).

Apesar de a concepção de estágio ser dinâmica, mudando ao longo dos anos e adquirindo uma nova dimensão a partir das DCs, evidenciamos que o estágio e a supervisão sempre estiveram presentes no debate da categoria, problematizando seus desafios, destacando sua importância para o processo de ensinagem e, principalmente, como atividade que propicia a aproximação do(a) estagiário(a) com o campo de estágio, objetivando sua capacitação.

Percebemos aí a existência da dicotomia na formação profissional, como se existisse uma formação teórico-acadêmica e o estágio fosse responsável pelo ensino da prática; tal concepção percorreu durante muitos anos a formação acadêmico-profissional e ainda não foi superada por completo, mas destacamos a importância da

apropriação das DCs e das orientações da PNE para a superação dessa dicotomia.

Identificamos a necessidade de aprofundar os elementos abordados pela PNE, pois contribuem para o fortalecimento do estágio supervisionado, ao preconizar os princípios de indissociabilidade no processo de supervisão, sendo necessárias as condições objetivas para sua efetivação, contribuindo para a articulação do conhecimento apreendido ao longo do curso com a realidade vivenciada no campo de estágio.

Reafirmamos que o lugar que o estágio ocupa na formação profissional exige uma centralidade, inerente à sua própria condição; não o estamos priorizando em relação às demais, mas é fundamental ressaltar que, como atividade pedagógica, exige planejamento, deve estar inserido no projeto pedagógico do curso.

O estágio é a única atividade que articula três sujeitos diferentes (supervisores de campo, estagiário e supervisores acadêmicos) e toda a organização acadêmica e profissional, sob o mesmo objetivo: contribuir para o processo de formação acadêmico-profissional do discente, o que supõe articulação entre formação e exercício profissional, supervisão de campo e acadêmica, UFA e campo de estágio, cujo objetivo maior é a articulação entre conhecimento e realidade para o desenvolvimento de competências, habilidades e a construção da identidade profissional, tão necessária para o reconhecimento do discente como pertencente à categoria profissional, reconhecendo suas atribuições e prerrogativas, compreendendo o seu papel e o do Serviço Social no mundo do trabalho.

A identidade profissional<sup>4</sup> reflete a capacidade do discente de apreender o real significado da profissão no mundo do trabalho, podendo distanciá-lo ou se fortalecer como parte dessa categoria. Essa dimensão do estágio já era apontada por Buriolla (2011, p. 13): "O estágio é o lócus onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada,

reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativa e sistematicamente".

O desafio para a efetivação do estágio supervisionado perpassa por condições concretas e objetivas dos campos de estágio, condições de trabalho e da própria reestruturação produtiva em sua totalidade, da política de educação, das UFAs e também pela dificuldade de compreensão e materialização da lógica das DCs, o que se agrava com a intensificação do trabalho docente, as exigências voltadas para o produtivismo e a gestão das UFAs, que exige cada vez mais dos docentes.

O estágio supervisionado é um espaço essencial na formação profissional, sem o qual os futuros assistentes sociais ficam impossibilitados de concluir o curso de graduação é, portanto, uma atividade curricular obrigatória. A inserção nos campos de estágio oportuniza aos discentes a correlação da teoria com as intervenções profissionais, sendo momento fundamental para a construção da identidade profissional e a aproximação do lócus do exercício profissional e das expressões da questão social, matéria prima do trabalho profissional do assistente social (Lima, 2016, p. 85).

A PNE aprofunda esse princípio da indissociabilidade entre supervisão de campo e acadêmica, ressaltando sua importância no desenvolvimento da capacidade crítica do(a) estagiário(a) em decifrar a realidade social – conforme é preconizado pelas DCs – para poder construir propostas de intervenção em consonância com o projeto ético-político da profissão:

[...] o princípio que prevê a indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo, em que o estágio, enquanto atividade didático-pedagógica, pressupõe a supervisão acadêmica e de campo, numa ação conjunta, integrando planejamento, acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem e do desempenho do(a) estudante, na perspectiva de desenvolvimento de sua capacidade de investigar, apreender criticamente, estabelecer proposições e intervir na realidade social (ABEPSS, 2010, p. 13).

A supervisão acadêmica tem um importante papel na articulação entre conhecimento e rea-

<sup>4</sup> A construção da identidade profissional e a contribuição do estágio supervisionado foram nosso objeto de pesquisa no período do mestrado em Serviço Social (2014-2016) no Programa de Pós-graduação em Serviço Social na UNESP/Franca.

lidade (teoria e prática), realizando as mediações necessárias para a compreensão das particularidades da profissão, formas de intervenção, à luz dos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, e como estes se particularizam no campo de estágio.

Desse modo a supervisão acadêmica está imbricada diretamente com a finalidade social da profissão, na prestação de serviços sociais, que consiste, dentre outras questões, em conhecer e refletir com os(as) estagiários(as), em pequenos grupos, a realidade profissional nos campos de estágio, reconhecer os limites e possibilidades das respostas profissionais nas diferentes organizações no enfrentamento das expressões da "questão social", reconhecer e debater os elementos constitutivos do projeto profissional em curso nos espaços sócio-ocupacionais e sua relação com o projeto hegemônico da profissão (ABEPSS, 2010, p. 17).

A PNE instrumentaliza o processo de supervisão ao abordar elementos fundamentais para a efetivação do estágio, como a indissociabilidade entre supervisão de campo e acadêmica, entre os fundamentos da profissão, da teoria e da realidade. Ao mesmo tempo que problematiza esses elementos, coloca-os como estratégias para a superação dos desafios na efetivação do estágio e sua qualificação em consonância com o projeto ético-político da profissão e o projeto de formação acadêmico-profissional em Serviço Social.

A referida política reafirma a dimensão pedagógica do estágio supervisionado, colocando a importância da articulação dos sujeitos participantes desse processo – estagiário(a), supervisor(a) de campo e supervisor(a) acadêmica –, apresenta as atribuições de cada sujeito, o que representa um salto qualitativo, destaca a importância do planejamento do estágio através do plano de estágio, coloca a importância da supervisão direta e os desafios para sua realização.

O planejamento no estágio supervisionado é o instrumento para sistematizar o processo de supervisão direta com o estagiário, a fim de que objetivos sejam atingidos. É a previsão das atividades concretas a serem desenvolvidas no campo de estágio estabelecidas no plano de estágio, bem como os objetivos, os procedimentos e as estratégias de ensino-aprendizagem. Através do planejamento

das atividades a serem desenvolvidas com o estagiário, é possível a reflexão sobre o processo de estágio, enquanto possibilidade de construção do conhecimento; a construção de atitude reflexiva e analítica acerca da realidade social, contribuindo para a formação profissional (Gomes, 2016, p. 189).

Temos reforçado a dimensão pedagógica do estágio supervisionado, no sentido do seu planejamento, objetivando a construção do perfil profissional, as competências e habilidades, a partir do que é preconizado pelas DCs, pela PNE e por demais normativas, estando em consonância com os projetos político-pedagógicos do curso, como a importância da capacitação dos(as) supervisores(as), no sentido de sua qualificação. Ainda, reafirmamos a importância de que esse planejamento construído através do plano de estágio seja feito através da articulação entre supervisor(a) de campo, estagiário(a) e supervisor(a) acadêmico(a), garantindo a indissociabilidade entre supervisão de campo e acadêmica e a efetivação conforme preconizado pela ABEPSS, orientado através dos instrumentos normativos e ético-políticos da categoria.

É inegável que a Política Nacional de Estágio contribuiu para uma maior produção em relação à temática, sendo utilizada como referência para abordar diversos avanços e desafios para a sua consolidação. "Avanços e desafios" pois os mesmos princípios que significam um salto qualitativo na compreensão do estágio em Serviço Social a partir das DCs ainda encontram entraves para sua realização, não conseguindo se efetivar conforme proposto pelas normativas da categoria, haja vista o próprio contexto social que é constantemente destacado nas pesquisas.

Podemos afirmar que a PNE foi fundamental para o adensamento teórico na área, sendo utilizada como referência para pesquisas e estudos na área, mas ainda aparece como parte das pesquisas desenvolvidas, como um tópico ou através de alguns questionamentos, havendo ainda um número muito pequeno de dissertações e teses que trazem um maior aprofundamento em relação à PNE. Todavia, é inegável que a política trouxe elementos significativos na qualificação

do estágio e tem defendido e preservado um patamar essencial na efetivação do estágio em consonância com o que é esperado para o estágio em Serviço Social.

A PNE deve estar presente nas salas de aulas, nas disciplinas que discutem a formação acadêmico-profissional e, principalmente, na supervisão de campo e acadêmica. Ela deve instrumentalizar os fóruns de supervisão e as reuniões entre supervisores de campo e acadêmicos, estando presente em eventos e atividades dos grupos e núcleos de estudos, como também nas oficinas e atividades que têm por objetivo qualificar a supervisão de campo e acadêmica.

A PNE não deve ocupar o lugar secundarizado na formação acadêmico-profissional ou como instrumento para embasar o debate do estágio supervisionado e a realização da supervisão somente; é fundamental que ocupe a centralidade do debate, que seja objeto de estudo e pesquisa, com o objetivo de aprofundar seus elementos, dialogando com as bandeiras de luta da profissão na formação profissional, enriquecida e preservada em sua dinamicidade ao estar antecedida com o debate contemporâneo da formação acadêmico-profissional, qualificando o estágio e a supervisão em Serviço Social.

### As contribuições da PNE para a construção da Política de Estágio nas UFAS e o fortalecimento dos fóruns de supervisão

Em relação aos artigos, foram selecionamos os periódicos vinculados aos programas de pós-graduação que participaram da pesquisa do banco de dissertações e teses, nas quais foram classificadas pelo Qualis periódico da CAPES com estratos superiores, A1, A2, A3, A4, B1, B2 e B2, a partir da plataforma Sucupira, dentro do quadriênio 2017-2020, que também configura como o período considerado para a pesquisa do Estado da Arte. Foram selecionados os periódicos cujos artigos tinham sua versão digital.

Dessa forma, foram selecionados doze periódicos, apresentando uma representatividade de 63,15% dos programas selecionados e em relação

ao total de programas avaliados e reconhecidos pela CAPES. Comparativamente com as UFAs filiadas à ABEPSS e a quantidade de periódicos selecionados, temos 12 periódicos selecionados para pesquisa em relação a um total de 66 UFAs, o que representa uma porcentagem de 18,18%. Lembrando que somente 19 programas participaram da pesquisa. Considera-se em termos estatísticos que 63,15% é uma boa representatividade, sendo mais da metade em relação aos programas selecionados.

A partir da análise da seleção dos periódicos, percebemos que os que tiveram maior quantidade de artigos sobre o objeto de pesquisa, no período analisado (2010-2020), foram a *Katálysis*, com nove artigos publicados, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e pelo Curso de Graduação em Serviço Social (UFSC), e a *Temporalis*, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), também com nove artigos publicados. Destacamos, dessa forma, o compromisso da ABEPSS com a produção do conhecimento no fortalecimento da categoria.

É evidente que se encontra um maior número de publicações de artigos em periódicos relacionados com a temática do estágio supervisionado no ano de 2016. Acredita-se que esteja relacionada com os vinte anos de publicação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, que tem seu processo de consolidação relacionado com as contribuições do "Congresso da Virada" realizado em 1979 e as bases dos currículos mínimos de 1982, que se configuram como marcos na formação acadêmico-profissional em Serviço Social.

No ano de 2016, temos a publicação do relatório do projeto ABEPSS itinerante na edição número 31 da revista *Temporalis* com o título: "Estágio Supervisionado em Serviço Social: desfazendo nós e construindo alternativas". Essa edição da revista está voltada para a temática da formação profissional em Serviço Social.

É importante destacar que, em duas edições da *Temporalis*, temos importantes instrumentos da categoria: em 2018, publicados os parâmetros para a organização dos fóruns de supervisão

de estágio em Serviço Social, que se configura como importante espaço para a qualificação da supervisão e de capacitação dos(as) supervisores(as); em 2020, temos a publicação da Nota Referente ao Estágio Supervisionado no período de isolamento social para o combate ao novo coronavírus (Sars-Cov-2), que apresenta um importante debate sobre a ofensiva neoliberal, a contrarreforma da educação e estratégias para a realização do estágio no período pandêmico.

Em 2016, temos o artigo de Guiraldelli e Almeida (2016) que aborda a construção e o fortalecimento dos fóruns de supervisão, com base nas experiências realizadas na regional centro oeste no biênio de 2013-2014, haja vista os desafios da crise capitalista e as transformações societárias e seus rebatimentos no exercício e na formação profissional. Os autores consideram os fóruns como um importante espaço político-formativo, fecundo e estratégico de articulação, luta e resistência coletiva da categoria. No artigo, os autores destacam o salto qualitativo das DCs, assim como das demais normativas da profissão ao longo do processo sócio-histórico da profissão, ressaltando o projeto de formação profissional definido pelas DCs e da organização política da categoria. O estágio é colocado como espaço de relação entre teoria e trabalho profissional (teoria e prática), assim como dos princípios elucidados pelas DCs na superação da fragmentação de conteúdos. A PNE é abordada como um importante instrumento de qualificação do estágio, a partir do que é preconizada e defendida pelas DCs, e os fóruns são destacados como espaços de aprimoramento da supervisão e como importante espaço de formação permanente em Serviço Social:

Os Fóruns, organizados como atividade permanente, também têm sido espaços fecundos para o processo de formação continuada, tendo em vista os debates realizados e seus desdobramentos em ações político-pedagógicas. A construção e consolidação dos Fóruns significam avanços no âmbito da capacidade político-organizativa da profissão, tendo como horizonte a defesa de uma formação crítica, de qualidade e com direção social, intelectual e ideopolítica estratégica, vinculando organicamente formação e exercício profissional (Guiraldelli; Almeida, 2016, p. 399).

Destaca-se a importância dos fóruns na qualificação da supervisão conforme preconizado pela PNE e de defesa do estágio supervisionado em Serviço Social, contribuindo para o debate, a reflexão, a criação de estratégias para superação dos desafios e a garantia dos princípios apresentados pela Política e pelas DCs. Ainda sobre os fóruns, os autores avaliam:

Os debates ocorridos nos Fóruns da regional centro-oeste foram de suma relevância, sobretudo pela indicação de uma agenda de compromissos, encaminhamentos e lutas para pensarmos estratégias coletivas diante de uma realidade que nos desafia cotidianamente. Espaços de interlocução como os propiciados pelos Fóruns possibilitam acúmulo, aprofundamento e diálogo crítico permanente entre os diversos sujeitos envolvidos no processo de formação e exercício profissional (Guiraldelli; Almeida, 2016, p. 400-401).

A partir dos desafios apontados pelos fóruns, foi proposta a realização da segunda edição da ABEPSS itinerante, com o tema "Estágio Supervisionado em Serviço Social: desfazendo os nós e construindo alternativas", publicada na edição de 2016 da revista *Temporalis*.

Em relação à Nota Referente ao Estágio Supervisionado no período de isolamento social para o combate ao novo coronavírus (Sars-Cov-2), publicada em 2020, a ABEPSS avalia como acertadas as medidas de suspensão do ensino de graduação e pós-graduação como atividades não essenciais; e o estágio, como atividade que tem por natureza a aproximação do(a) discente com o campo de estágio, mediante a supervisão direta, que se configura como atribuição privativa do(a) assistente social, não pode sucumbir à lógica imperante, que busca, através das medidas de emprego do uso de tecnologia da informação e comunicação, reforçar a precarização da formação acadêmico-profissional, ao pressionar que as UFAs ofereçam atividades como *lives* ou outras em substituição ao estágio supervisionado, assim como não pode expor o(a) profissional e o(a) discente a condições de risco à vida para atender as necessidades do mercado de formação aligeirada e precarizada.

É importante destacar que a universidade

pública tem padecido com a contrarreforma da educação e, no período pandêmico, agravou-se ainda mais, diante da necessidade de adequar a sua realidade ao ensino remoto emergencial (ERE), como também o corpo discente e docente não estava preparado com recursos tecnológicos e pedagógicos para essa modalidade ou com condições de sobrevivência e permanência estudantil. Foi importante criar estratégias para enfrentar o tempo presente e proporcionar meios para a continuidade do ensino, já que, com o passar do tempo e diante da conjuntura política, econômica e social brasileira, a pandemia estendeu-se mais do que se previa, sendo que foi decretado pela ONU o fim da pandemia como uma emergência de saúde pública em cinco de maio de 2023.

Na ocasião, a ABEPSS apresentou o contexto enfrentado, o que demonstra que o estágio (e a supervisão) não tem ocupado a centralidade na formação acadêmico-profissional, sendo realizado de diversas formas; ocorre, assim, a perda da indissociabilidade da supervisão de campo e acadêmica, como também não há garantia da supervisão direta e de realização do estágio concomitantemente ao período letivo. E essas são as principais balizas para a efetivação do estágio supervisionado, conforme preconizado pela categoria através das DCs de 1996:

- 1) Universidades públicas e privadas, com cursos presenciais, que estão com atividades interrompidas, total ou parcialmente, o que implica a não realização de Supervisão Acadêmica, mas que há a manutenção das/os estagiárias/os em campo, apenas com o acompanhamento presencial das atividades de estágio pela/o do Supervisor de Campo;
- 2) Universidades públicas ou privadas, com cursos presenciais, que estão com atividades interrompidas, o que implica a não realização de Supervisão Acadêmica, mas que há a manutenção de estagiários/as em campo, apenas com o acompanhamento do/a Supervisor/a de Campo por teletrabalho ou não;
- 3) Universidades com cursos presenciais, que estão desenvolvendo as atividades acadêmicas de maneira remota, o que significa a realização da Supervisão Acadêmica "por aulas remotas", com a manutenção de estagiários/as em campo, com a supervisão direta e presencial do/a Supervisor/a de Campo;
- 4) Manutenção de estagiários/as em campo de estágio, sob supervisão direta do/a supervisor/a de campo, como condição para

a manutenção da bolsa, quando se trata de estágio, não obrigatório e/ou obrigatório, nas áreas consideradas essenciais (ABEPSS, 2020, p. 275-276).

A entidade, no documento, avalia essa situação reforçando a desqualificação da formação acadêmico-profissional através das aulas remotas e a descaracterização do estágio a partir das condições realizadas, conforme mencionado anteriormente. É importante destacar que a nota técnica, ao apresentar uma análise do contexto enfrentado, reforça a concepção de estágio conforme destacado pelas DCs e pela PNE, para realizar a sua defesa:

Desqualificação dos cursos presenciais, públicos ou privados, "em aulas remotas" em detrimento do direito de discentes e docentes o realizarem em condições adequadas e com qualidade. Estas ações acabam por reforçar a Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, do MEC a qual a ABEPSS manifestou-se em contrário; 2) Desconfiguração do Estágio Supervisionado, uma vez que o processo de Supervisão supõe a relação entre os três sujeitos Supervisor/a Acadêmico/a, Estagiário/a e Supervisor/a de Campo. Ou seja, a realização bilateral do processo não se configura como Estágio. Neste sentido, ratificamos o acúmulo construído coletivamente pela categoria na construção das Diretrizes Curriculares de 1996 e, no que se refere à compreensão acerca do Estágio, na Política Nacional de Estágio [...] (ABEPSS, 2020, p. 276).

Com o avanço da pandemia e o adensamento do debate da categoria em relação aos rebaixamentos da Covid-19 e da crise sanitária no âmbito da formação profissional na graduação e na pós-graduação, a ABEPSS publicou no ano seguinte o documento "A Formação em Serviço Social e o Ensino Emergencial" (2021), reafirmando os princípios da formação em Serviço Social e destacando o lugar que o estágio ocupa nesse processo. Entre as orientações pedagógicas e indicações: reforça a indissociabilidade entre trabalho e formação, teoria e prática, supervisão de campo e supervisão acadêmica; reafirma a concepção de estágio apresentada em detalhes na PNE; a manutenção do princípio da supervisão direta de estágio em consonância com a Resolução 533, do CFESS; reforça a importância de construção do Plano de Estágio pelos sujeitos

envolvidos no processo, entre outras. Ainda em relação ao estágio, a entidade também coloca que os estágios devem assegurar as condições de biossegurança. Apesar de não ser nosso objeto de pesquisa, destaca-se que essas orientações constituíram grandes desafios no período pandêmico, sendo que diversos espaços sócio-ocupacionais comumente não tiveram Equipamento de Proteção Individual (EPI) nem para os profissionais em sua integralidade. Também houve o desafio de garantir a supervisão direta e a inserção do(a) estagiário(a) no campo de estágio devido às próprias particularidades de cada campo, com diversas condições de trabalho, inclusive de teletrabalho, entre inúmeras outras situações.

Pelo levantamento e análise dos artigos dos periódicos, percebemos que muitos dos princípios relacionados ao estágio supervisionado foram objeto de pesquisa, estudo e publicação pela categoria. Nota-se que, um ano após a publicação da PNE, há a publicação na revista *Em Pauta*, do artigo de Cláudia Mônica dos Santos e Maria Helena Aprígio Abreu sobre "Os impactos da Política Nacional de Estágio na Formação Profissional Frente à Universidade Neoliberal" (2012), no qual as autoras também defendem a PNE como estratégia de resistência à lógica de mercantilização e expansão da educação e os direcionamentos das universidades no contexto neoliberal. As autoras destacam que a PNE constitui um importante instrumento de construção da política de estágio das UFAs pertencentes à área de abrangência da ABEPSS-Leste:

Além da referência para as novas Unidades, a PNE tem sido base para reformulação e aperfeiçoamento de escolas consolidadas e de referência na formação profissional em Serviço Social (UFRJ, UERJ, UFF Niterói e Campos), PUC/MG, UFJF, UFES, UFOA, UNIGRANRIO e Emescam). Como resultados do processo de implantação da PNE nessas unidades, destacamos: a reorganização das turmas de estágio em número compatível com a PNE, a criação e consolidação de cursos de capacitação para supervisores, a promoção dos fóruns, a consolidação de estágio, etc. (Santos; Abreu, 2011, p. 134).

A PNE é colocada como um importante instrumento de defesa e qualificação da formação

profissional perante a ofensiva neoliberal nas universidades e o projeto de formação defendido pelo mercado, sendo constantemente destacado pelos autores nos diferentes artigos o papel do estágio na unidade entre teoria e prática, como um dos princípios problematizados e que se configura estratégia para a efetivação do estágio supervisionado, caracterizando-se como atividade que possui dimensões teórica, ético-política, técnico-operativa e acadêmico-pedagógica, tal qual destacam Santos e Abreu (2011).

A contribuição do estágio como espaço de unidade teoria e prática e o papel da supervisão na garantia dessa indissociabilidade, ou seja, como práxis, é destacada em todos os artigos, aparecendo expressamente nos títulos de alguns, demarcando essa centralidade na análise realizada pelos (as) autores(as): "A unidade teoria-prática e o papel da supervisão de estágio nessa construção" (Assis; Rosado, 2012), "O estágio supervisionado em Serviço Social: desafios e estratégias para a articulação entre Formação e exercício profissional" (Lewgoy, 2013), "Os fundamentos da relação teoria e prática no estágio em Serviço Social" (Medeiros, 2016) e "Supervisão de estágio em Serviço Social: entre o trabalho e a formação profissional" (Ribeiro Pereira; Silva, 2017).

Nota-se que os artigos destacam a tríade estágio, supervisão de campo e acadêmica como fundante da garantia da unidade teoria e prática, atividade pedagógica programada e construída pela articulação dos três sujeitos através do plano de estágio, que deve contribuir para a articulação entre conhecimento e realidade, formação e trabalho profissional, teoria e prática.

Dessa forma, reforçamos e defendemos que o estágio se configura como uma importante atividade que deve ocupar o lugar estratégico e central na formação acadêmico-profissional, o qual, apesar de não ser a única atividade que deve articular essa unidade, configura-se como a única que tem essa natureza de articular os três sujeitos partícipes de processo pedagógico da supervisão: supervisor(a) de campo, estagiário(a) e supervisor(a) acadêmico(a). O estágio é

mobilizador de diversas dimensões do processo de ensinagem: universidade, campo de estágio, discente, docente, coordenação de curso, coordenação de estágio, entre outras – o que garante um processo pedagógico de síntese de múltiplas determinações, na garantia da unidade teoria e prática e da indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, entre supervisão de campo e acadêmica, universidade e campo de estágio e, principalmente, entre trabalho e formação, eixos estruturantes do processo de formação acadêmico-profissional. Tais dimensões são, reiterando, abordadas e aprofundadas na PNE.

Percebemos que no período analisado, que compreende de 2010 a 2020, dos vinte e sete artigos selecionados, três tratam especificadamente da PNE, tendo sido publicados nos anos de 2011, 2014 e 2019 – o primeiro, um ano após a aprovação da PNE, e o último, quase dez anos após a sua implantação. Nesse período de uma década, os três artigos representam uma porcentagem de 11% dos periódicos que participaram da pesquisa.

Podemos afirmar que a PNE possui um adensamento em relação à temática do estágio e da supervisão em Serviço Social e uma complexidade que carece de aprofundamento e debate pela categoria, sendo elementos que não possuem consenso de opiniões pelos(as) profissionais supervisores(as) de campo e acadêmicos(as), docentes e discentes. Principalmente diante da contrarreforma do ensino e da disputa por projetos de educação, esse cenário de desafios se complexifica ainda mais, apresentando como um tema em constante disputa inquietações, opiniões, entraves e perspectivas da categoria profissional, não garantindo uma compreensão unânime, mas diversa, de entendimento e de possibilidades de efetivação de acordo com cada realidade. Ora, deve-se ter os princípios e os direcionamentos da PNE como norte e fundamento.

Em relação aos projetos pedagógicos dos cursos de graduação em Serviço Social, foram analisados 10 que possuíam suas versões digitais, das seguintes instituições: UERJ, UFAL, UFJF,

UFPE, UFPI, UFRN, UFSC, UFV, UnB e UNESP-Franca. Foi excluído da pesquisa o projeto da UFV, por não ter programa de pós-graduação em Serviço Social, em Políticas Públicas ou áreas afins, restando, pois, 9 projetos pedagógicos dos cursos de graduação.

É notório, ao analisar os PPCs dos cursos, que todos seguem uma lógica na sua organização e estruturação do componente curricular, sendo que o estágio apresenta um lugar estratégico no processo de formação acadêmico-profissional, sendo referendado principalmente nos últimos períodos dos cursos. Em sua maioria, possuem as DCs como norteadoras da construção e organização do projeto pedagógico do curso, fundamentam suas justificativas a partir de pensadores marxistas e de autores da área do Serviço Social, reconhecendo as mudanças no mundo do trabalho e seus rebatimentos no trabalho e na formação acadêmico-profissional.

O estágio supervisionado é destacado como atividade curricular obrigatória e que tem papel fundamental na síntese do conhecimento construído ao longo do curso, sendo necessário o cumprimento de determinados pré-requisitos para a sua realização. É expressivo que o estágio é considerado como o momento da indissociabilidade entre teoria e prática, trabalho e formação, supervisões de campo e acadêmica. É, a todo momento, considerado juntamente com o Trabalho de Conclusão de Curso: ambas, atividades de sistematização, podendo, inclusive, as reflexões, construções e críticas elaboradas no estágio suscitar objetos de pesquisa e de TCC. Fica reiterada, dessa forma, a relação intrínseca entre as dimensões investigativa e interventiva que são orgânicas à profissão.

Também é inegável que a PNE contribuiu para o fortalecimento do papel da coordenação de estágio (ou órgão similar) na qualificação do estágio e em sua condução nos cursos de graduação. É fundamental ressaltar que significa um avanço significativo da PNE contribuir para a elaboração das políticas de estágio dos cursos. Em relação aos fóruns de supervisores, somente a UFRN e a UnB destacam sua importância nos projetos

pedagógicos. Embora em dois cursos não tenha sido possível identificar através do PPC o ano de criação, a maioria dos cursos tem mais de quarenta anos de existência, o que demonstra uma trajetória de acúmulos e avanços na qualificação da formação acadêmico-profissional.

Dessa forma, reafirmamos a importância da PNE na qualificação e defesa do estágio, como um importante instrumento para que as UFAs consigam garantir minimamente o patamar da formação acadêmico-profissional e a qualidade do estágio, apesar dos desafios enfrentados haja vista aos avanços das ofensivas neoliberais e os respectivos rebatimentos na educação brasileira.

As UFAs têm conseguido resistir na perspectiva do projeto de formação e do projeto ético-político profissional, reafirmando a defesa da direção social da profissão e os fundamentos que sustentam e balizam a formação profissional, reafirmando princípios, diretrizes, competências e habilidades elucidadas pela DCs e sua lógica curricular. Neste processo, o estágio curricular tem uma importante contribuição na consolidação de tal perfil profissional e na construção de competências e habilidades necessárias para o exercício profissional, a partir da autonomia, da relação dialógica, crítica e pedagógica do processo de supervisão, que se configura como o lócus da relação entre formação e trabalho profissional, colaborando para a superação da dicotomia entre teoria e realidade, desde que sustentada por uma matriz teórica e um processo de ensinagem que permita o desvelamento do real e a construção de possibilidades para a intervenção profissional. Com isto, o estágio, de fato, é o espaço de construção da identidade profissional.

### Considerações finais

Os desafios que perpassam o estágio supervisionado na formação acadêmico-profissional em Serviço Social são resultados dos rebatimentos das mudanças no mundo do trabalho diante da reestruturação do modo de produção capitalista que reorganiza a relação do capital com o Estado, e dos enfrentamentos da classe trabalhadora, na histórica luta de classes. Dessa

forma, os dilemas da formação em Serviço Social expressam a disputa por projetos de educação em um contexto de ordenamento das forças produtivas para o capital financeiro e bancário, exigindo uma formação que atenda os interesses do mercado de trabalho e da formação de mão de obra para atender as exigências da atual fase da acumulação do capital, ou seja, é a disputa entre as classes sociais que conformará projetos antagônicos de sociedade e, dessa forma, de formação da consciência das classes, sendo a educação um instrumento de disputa de hegemonia e de formação da consciência das classes sociais.

A formação é atravessada não somente por disputas de projetos de educação e formação, mas também por agravamentos da questão social, desmonte das políticas públicas e sociais, em especial da política de educação mediante o ideário neoliberal. É a partir dos ditames do ideário neoliberal do Estado e nas políticas sociais que a educação passa a ser orientada para uma formação cada vez mais fragmentada, tecnicista e aligeirada para enfrentar expressões da questão social cada vez mais agudizadas com a precarização das condições de trabalho da população.

Afirmamos, dessa forma, a radicalidade dos desafios enfrentados pela categoria na consolidação de uma formação acadêmico-profissional crítica, propositiva, generalista e qualificada para a constituição de quadro de profissionais e intelectuais, com competências e habilidades para a intervenção profissional dotada de conhecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo e de um arcabouço teórico, profissional e investigativo capaz de desvelar a realidade social e propor ações profissionais efetivas, que seja capaz de reafirmar os princípios do código de ética profissional e a direção social do Serviço Social. Essa é uma profissão que historicamente alcançou a maturidade acadêmico-científica nas UFAs em âmbito de graduação e pós-graduação na sociedade brasileira e no mundo dialogando com diferentes realidades e reafirmando seu compromisso ético-político.

Nesta perspectiva, as Diretrizes Curriculares

da ABEPSS sinalizam um significativo avanço ao garantir uma unidade na formação acadêmico-profissional em todo o território brasileiro, reafirmando, defendendo e sendo resistência ao ideário neoliberal. Preconizam, pois, uma formação crítica, alicerçada em princípios e diretrizes em âmbito nacional, através da afirmação de um perfil profissional dotado de conhecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo para a intervenção profissional, articulando os núcleos de fundamentação, na perspectiva de uma formação crítica propositiva e numa dimensão de totalidade como método dialético de apreensão do real.

Diante das naturezas interventiva e investigativa da profissão, o que exige uma formação qualificada, o estágio constitui uma das atividades fundamentais para a garantia da relação entre conhecimento e realidade, formação e trabalho, da teoria com a "prática". É a única atividade que pressupõe a supervisão sistemática, concomitante ao período letivo e através da articulação de sujeitos significativos no processo de ensinagem em Serviço Social: estagiário(a), supervisor(a) de campo e acadêmico(a). Caracteriza-se como atividade pedagógica, vinculada a um determinado projeto de formação e expressa no projeto pedagógico do curso.

Como atividade que se configura pela inserção do(a) estagiário(a) no campo de estágio, necessita ser planejada através do plano de estágio e atender as exigências do ensino para cada período do curso, articulando o conteúdo apreendido ao longo do processo formativo da graduação com a realidade vivenciada no campo de estágio.

Ressalta-se que o estágio tem vivenciado desafios históricos, tais como a falta de campo de estágio qualificado, o distanciamento das UFAs em relação ao campo de estágio, a precarização do trabalho do(a) supervisor(a) de campo e acadêmico(a), as deficitárias condições de trabalho dos profissionais e a sobrecarga de trabalho, a realidade do(a) estudante trabalhador(a), a necessidade de garantir a articulação e a qualidade da supervisão de campo e acadêmica, a defesa da qualidade do estágio obrigatório e

não obrigatório, o distanciamento entre formação e trabalho profissional, entre outros. Sobre tais desafios a categoria tem se debruçado através de pesquisas, produções de artigos e debates em eventos acadêmico-científicos, principalmente a partir do marco das DCs, que reafirmam o lugar do estágio supervisionado em Serviço Social como atividade pedagógica e locus de construção da identidade profissional e de competências e habilidades necessárias para o trabalho profissional.

A partir das DCs e mediante os desafios impostos para a realização do estágio supervisionado, a construção coletiva da PNE, com o protagonismo da ABEPSS, configura-se como salto qualitativo da categoria na defesa do estágio supervisionado em Serviço Social. A Política Nacional de Estágio simboliza um empenho coletivo e político na categoria, ao aprofundar o debate através dos fóruns e grupos de trabalho (GT) em sua construção, realizando oficinas regionais em todo o território nacional. Assim, a PNE problematiza os desafios históricos para a realização do estágio, coloca princípios e diretrizes para sua efetivação, defende a qualidade do estágio obrigatório e não obrigatório, instrumentaliza o processo de supervisão, apresenta importantes atribuições dos sujeitos partícipes da supervisão de estágio, destaca a importância dos fóruns de supervisão e preconiza a importância de as UFAs possuírem uma política de estágio.

É inegável a contribuição da PNE para a defesa do estágio supervisionado, ficando evidente nas pesquisas em teses, dissertações, artigos em periódicos e através dos projetos pedagógicos do curso sua contribuição na organização da política de estágio das UFAs. Também, há importantes princípios na garantia da indissociabilidade entre formação e trabalho, conhecimento e realidade e das dimensões teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, como unidade na formação acadêmico-profissional em Serviço Social. A PNE qualifica o processo de supervisão e realiza a defesa da importância da coordenação de estágio, tornando-se importante instância nas UFAs com vistas à organização e reafirmação do lugar do estágio supervisionado nas unidades

de ensino.

Apesar dos avanços, o estágio supervisionado ainda encontra grandes e históricos desafios, relacionados a questões estruturais da nossa sociedade, voltada às questões do ensino e do trabalho profissional. Nota-se que o estágio supervisionado é relegado a segundo plano em comparação às demais disciplinas do curso; a supervisão não é valorizada no meio acadêmico, sendo considerada como atividade menor comparativamente aos outros componentes curriculares, o que acaba dicotomizando e precarizando a formação em Serviço Social, que tem por natureza a dimensão interventiva e investigativa.

Também percebemos que ainda são tímidas as pesquisas de pós-graduação relacionadas à temática do estágio e da supervisão, e a PNE sempre é abordada como um dos eixos do debate da formação, sendo inédita a pesquisa apresentada que a coloca como objeto de pesquisa e estudo. Isso demonstra a necessidade de aprofundamento da categoria em relação ao estágio em Serviço Social e das pesquisas voltadas para os desafios enfrentados para sua efetivação.

Consideramos, dessa forma, que o estágio deve ocupar o lugar de vanguarda nos debates, fóruns e, principalmente, tem de ser apropriado pelas UFAs de modo a qualificá-lo no processo de ensinagem, garantindo que se realize conforme preconizado pelas DCs: como espaço de desenvolvimento da autonomia, competências e habilidades e de articulação entre conhecimento e realidade social, numa perspectiva crítica, dialética e de totalidade.

Passaram-se mais de dez anos da PNE! Agora é fundamental aprofundar seus elementos fundantes e concretizá-los nos projetos pedagógicos dos cursos, nos fóruns de supervisão, nas pesquisas e nos eventos da categoria, sob compromisso efetivo com o conhecimento e o debate contemporâneo da profissão, articuladamente às demandas e aos desafios emergentes da formação profissional em Serviço Social.

## Referências

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. *Nota da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social referente ao estágio supervisionado no período de isolamento social para o combate ao novo coronavírus (COVID-19)*. Brasília, 2020. Disponível em: [https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/nota-final-estagio\\_abepss-03-de-abril-de-2020-202004031809224761180.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/nota-final-estagio_abepss-03-de-abril-de-2020-202004031809224761180.pdf). Acesso em: 29 ago. 2023.

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. *Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)*. Brasília, 2010. Disponível em: [https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311145368198230.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311145368198230.pdf). Acesso em: 28 ago. 2025.

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. *A Formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial*. Brasília, 2021. Disponível em: [https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210611\\_formacao-em-servico-social-e-o-ensino-remoto-emergencial-202106141344485082480.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210611_formacao-em-servico-social-e-o-ensino-remoto-emergencial-202106141344485082480.pdf). Acesso em: 28 nov. 2025.

AMICUCCI, Eliane Marques de Menezes. *Estágio supervisionado em Serviço Social: tempos atuais e velhos desafios*. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – UNESP, Franca, 2011. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/Dissertacoes/marques.pdf>. Acesso em: 15 set. 2023.

AMICUCCI, Eliane Marques de Menezes. *Supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social: potencialidades para formação profissional*. 2018. 280 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2018. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/eliane-amicucci-tese.pdf>. Acesso em: 15 set. 2023.

ASSIS, Rivânia Lúcia Moura de; ROSADO, Iana Vasconcelos Moreira. A unidade teoria-prática e o papel da supervisão de estágio nessa construção. *Rev. Katálysis*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 203-211, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/4WY-vBTxZmBZyZgPrgx5H95r/abstract/?lang-pt>. Acesso em: 29 nov. 2025.

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. *O estágio supervisionado*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FERREIRA, Norma Sandra de Alameida. As pesquisas denominadas "estado da arte". *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002.

GOMES, Adriana Martins. *A Supervisão direta de estágio em Serviço Social na formação profissional: um estudo a partir da experiência dos supervisores de campo da FAPEPE*. 2016. 231 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/157498>. Acesso em: 7 set. 2023.

GUIRALDELLI, Reginaldo; ALMEIDA, Janaina Loeffler de. A construção dos Fóruns de supervisão de estágio em serviço social. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 395-402, out./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/WHyMbJShkdJcgwctfN6h4D-q/?lang=pt>. Acesso em: 28 ago. 2025.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. O estágio supervisionado em Serviço Social: desafios e estratégias para a articulação entre formação e exercício profissional. *Temporalis*, Brasília, ano 13, n. 25, p. 63-90, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/9EKbSiTl4wl79NodO3Dg.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2025.

LIMA, Laura Cristina Gomes. *A supervisão de estágio a partir das Diretrizes Curriculares de 1996: uma análise de seus reatamentos na formação profissional em Serviço Social em uma instituição universitária paulista*. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – UNESP, Franca, 2016.

MEDEIROS, Moiza Sibéria Silva de. Os fundamentos da relação teoria e prática no estágio em Serviço Social. *Rev. Katálysis*, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 351-360, out./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/4sCZdNQQRwY8kV4m8SrlFbs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 nov. 2025.

MÉSZAROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Trad: Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

PEQUIÁ, Raquel Renzo da Silva. *O estudo das novas legislações de estágio e o contexto no curso de Serviço Social da FCHS-UNESP – Campus de Franca*. 2015. 161 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2015. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/Dissertacoes/raquel-renzo-da-silva.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2023.

RIBEIRO PEREIRA, Maria Érica; SILVA, Grayceane Gomes da. Supervisão de Estágio em Serviço Social: entre o trabalho e a formação profissional. *Sociedade Em Debate*, Pelotas, n. 23, p. 232-254, 2017. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/1602>. Acesso em: 29 nov. 2025.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; ABREU, Maria Helena Elpidio. Os Impactos da Política Nacional de Estágio na Formação Profissional Frente à Universidade Neoliberal. *Rev. Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea*, ls. l., n. 27, p. 127-142, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/2502>. Acesso em: 28 nov. 2025.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; ABREU, Maria Helena Elpidio (org.). *A supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, Processos e Desafios*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris-Editora, 2016. (Coletânea Nova de Serviço Social).

SOUZA OLIVEIRA, Alda Maria Salvador de. *Estágio Supervisionado em Serviço Social: questões para o debate*. 2019. 88 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/11588/Disserta%E7%E3o%20Alda%20Oliveira%20final.pdf;jsessionid=40643368A-399075F9E5E66CoC79D5242?sequence=1>. Acesso em: 14 jul. 2023.

[20Alda%20Oliveira%20final.pdf;jsessionid=40643368A-399075F9E5E66CoC79D5242?sequence=1](https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/11588/Disserta%E7%E3o%20Alda%20Oliveira%20final.pdf;jsessionid=40643368A-399075F9E5E66CoC79D5242?sequence=1). Acesso em: 14 jul. 2023.

## Maicow Lucas Santos Walhers

Pós-Doutorando no PPGSS da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás); Doutor, Mestre e graduado em Serviço Social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca. Membro integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social (GEFORMSS). Assistente Social na Atenção Primária no município de Cássia/MG.

## Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

Assistente Social, formada pela UNESP/Franca; Pós-Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro; Livre-Docente pela Universidade Estadual Paulista; Doutorado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista, *campus* Franca, e Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP/Franca e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí, *campus* Teresina. Líder do GEFORMSS – Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social/UNESP-CNPq e Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Formação, Trabalho, Desigualdade Social e Políticas Públicas/UFPI-CNPq. Bolsista de Produtividade em Pesquisa/CNPq.

## Maria José de Oliveira Lima

Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), mestrado em Serviço Social e doutorado em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP, *campus* Franca. Docente do Curso de Serviço Social da FCHS-UNESP, *campus* Franca. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP, *campus* Franca. Líder do Grupo de Pesquisa Gestão Socioambiental e a Interface com a Questão Social – GESTA.

## Endereço para correspondência

### CIRLENE APARECIDA HILÁRIO DA SILVA OLIVEIRA

Rua João Urias Pimenta, 4390 – Parque Franville, 14.403-574

Franca, São Paulo, Brasil

*Os textos deste artigo foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.*